

Conflitos e diálogos: produção de *podcast* como prática de pesquisa e popularização do conhecimento

Conflicts and dialogues: podcast production as a practice of research and popularization of knowledge

Marcos Verissimo¹
Talitha Mirian do Amaral Rocha²
Roberto Kant de Lima³

RESUMO

O *podcast* “Conflitos e diálogos: pesquisas escolares” é o resultado do projeto intitulado “Feira de ciências como espaço para explicitar e discutir processos de administração de conflitos em uma perspectiva multidisciplinar”, elaborado por pesquisadores do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e financiado pelo CNPq por meio da Chamada Feiras de Ciências e Mostras Científicas, no âmbito da qual foi aprovado no final do ano de 2019, e executado nos anos de 2020 e 2021. O objetivo deste artigo é colocar sob análise alguns dos resultados alcançados até aqui, tomando como referencial a perspectiva das ciências sociais, em especial a antropologia.

Palavras-chave: Popularização da Ciência. Laboratório Escolar de Pesquisa. Administração de Conflitos. Tecnologias Sociais.

ABSTRACT

The podcast “Conflicts and Dialogues: school researches” is the result of the project entitled “Sciences Fair as a space to make explicit and to discuss conflicts management processes in a multidisciplinary perspective”. It was organized and conducted by researchers from the Institute for Comparative Studies on the management of conflicts (INCT-InEAC) of the Federal Fluminense University, with CNPq financial support through the call “Science Fairs and Scientific Exhibitions”. The project was approved by the end of 2019, and carried out in 2020 and 2021. The purpose of this article is to analyze some of the results achieved so far, taking the perspective of social sciences as a reference, especially anthropology.

Keywords: Popularization of Science. School Research Laboratory. Conflict Management. Social Technologies.

¹Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; professor na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; pesquisador vinculado ao INCT-InEAC; bolsista pós-doc CNPq PDJ. (maverissimo.silva@gmail.com).

²Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; pesquisadora vinculada ao INCT-InEAC; bolsista pós-doc CAPES/PPGJS-UFF. (tmirian@hotmail.com).

³Doutor em Antropologia pela *Harvard University*, Estados Unidos; professor na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; coordenador do INCT-InEAC; pesquisador 1-A do CNPq; cientista no Programa “Cientistas do Nosso Estado”, da FAPERJ. (rkant.br@gmail.com).

INTRODUÇÃO

Barra Mansa, município do sul fluminense (RJ). O professor de sociologia do Colégio Estadual Jayme Silvestre Camargo, em seu primeiro dia de aula, no ano de 2022, aparentemente não estava preocupado com o surgimento de polêmicas em torno do que dizia, mesmo este sendo o seu contato inicial em uma turma de ensino médio. Ele começou a questionar de forma bastante contundente, e não necessariamente elegante, as pautas identitárias de grupos identificados com as causas homoafetivas na sociedade brasileira. O que aconteceu foi assim descrito por um dos alunos que estava presente naquele dia: “Chegou já dando início à matéria, começou a citar sobre a sigla LGBTQIA+, e com total desrespeito e despreparo, com má intenção, e fazendo o seguinte comentário: ‘Já não estava bom sendo GLS? Pra que tantas letras assim? Ninguém grava essa porra’, e usando esse tipo de palavra de baixo calão”.

O vocabulário empregado era grosseiro, sendo que o professor, segundo uma leitura consensual do ocorrido entre grande parte dos estudantes, sequer se preocupou em disfarçar o caráter homofóbico da sua visão de mundo. Houve quem se sentiu incomodado/a, o que gerou reações, configurando-se um conflito já no primeiro momento do ano letivo, envenenando no ponto de partida a relação de ensino-aprendizado, e configurando-se, assim, um clima, no mínimo, bastante antipedagógico.

Conflitos como esse são de difícil tratamento no âmbito escolar, e, dentro ou fora de instituições educativas, quando não devidamente cuidados por parte daqueles encarregados institucionalmente de administrá-los, corre-se o risco de que se tornem intratáveis (Lobão, 2010), com alto poder de fragmentação social. Não há informação disponível sobre como os gestores da escola agiram nesse caso específico. Porém, semanas mais tarde, outros atores passaram a fazer parte, na turma, daquele conflito estabelecido em torno de questões relacionadas ao conceito judicializado como homofobia. Por uma questão de necessidade imprevista de alteração de horários, algumas turmas tiveram que ter os professores trocados, no esforço de acomodação de todo o corpo docente.

Isso afetou o vínculo do referido professor com aquela turma. Para o lugar desse, foi escalado outro que, por acaso, se identificava como homoafetivo, não binário, e cujos gestos e estilo demonstraram que não tinha intenção alguma de disfarçar sua identidade e seus afetos. Não era obrigado por nenhuma norma ou regulamento a fazer isso. Alguns alunos já o conheciam. Contudo, novamente, houve conflito, desta vez, partindo de um grupo de estudantes

que não aceitava ter aulas com o novo professor, unicamente por conta da demonstração de sua orientação afetiva e sexual. Num primeiro momento, em que conflito de difícil tratamento foi se desdobrando, o comportamento intolerante partiu do professor para a turma; no segundo momento, iniciado com a entrada do novo professor, isso se inverteu. Contudo, os alvos de leituras etnocêntricas de mundo permaneceram sendo os mesmos.

São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). No decorrer do ano letivo de 2022, professores, estudantes, inspetores escolares e membros da coordenação pedagógica da Escola Estadual Santos Dias foram convidados por pesquisadores vinculados a um grupo escolar de pesquisa a pensar um problema social (Lenoir, 1998) verificado, naquele período, não só naquela unidade escolar, mas na rede escolar, pública e privada, como um todo. Estamos nos referindo ao recrudescimento dos conflitos após o retorno presencial que se sucedeu a quase dois anos de escolas fechadas por conta da pandemia de Covid-19. Relatos e postagens nas redes sociais davam conta de brigas sangrentas e outras agressões, tanto físicas quanto morais, pequenos motins e insurreições de estudantes, como se tivesse havido a conversão dos territórios das escolas em locais inseguros e imprevisíveis. Não que fossem antes um primor de acolhimento e paz, mas o senso comum que se criava nas reuniões e salas de professores era o de que a situação havia saído do controle dos gestores. Vários profissionais de educação pediram licenças, alegando problemas de saúde, e estudantes abandonaram os estudos.

Os consensos a respeito da situação, difusamente vivenciada, por vários atores do assim chamado “chão da escola” foram se constituindo em torno da ideia de que tais dificuldades, relativas ao controle social dos comportamentos, se originava no déficit de diversidade e socialização escolar que o confinamento, como medida de prevenção sanitária, acarretou para grande parte das pessoas. Se antes da longa e forçada interrupção das aulas presenciais já havia conflitos complexos a serem administrados no âmbito das atividades educativas, após este lapso, percebeu-se que parte do trabalho que havia pela frente era repactuar normas, valores, posições e etiquetas. Uma das alunas ouvidas pelos pesquisadores foi bastante clara nesse sentido: “Você está acostumado a conversar, de repente, só com a família, conversa só sobre um tipo de coisa... aí você chega e está na sala de aula, um monte de gente diferente também, e não sabe que cada um tem sua forma de agir, e aí há diversos conflitos”.

Já a coordenadora de turno, cargo que corresponde ao que há décadas se chamava inspetor, ou bedel, aquela encarregada de manter a ordem no pátio, corredores etc., também ouvida no processo de pesquisa, chama atenção para um aspecto específico a dificultar o seu

trabalho na atualidade. Segundo ela, pelo fato de praticamente dois anos letivos terem passado com os alunos em casa, sem o convívio escolar, isso fez com que estudantes do oitavo ano (com 13, 14 anos de idade), penúltimo da fase do ensino fundamental II, não tivessem socialização escolar no início dessa etapa, durante o sexto e o sétimo anos. Jovens que em breve entrarão ou não na fase do ensino médio, mas que certamente viverão a transição da adolescência para a vida adulta, redescobrando suas forças físicas e no auge das reações hormonais. Isso, segundo seu ponto de vista, é mais um fator a recrudescer os conflitos neste retorno às aulas presenciais que foi o ano de 2022.

Os relatos contidos nos parágrafos anteriores foram escritos a partir das narrativas publicizadas no *podcast* “Conflitos e Diálogos: pesquisas escolares”, produzido no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) e com o financiamento do CNPq, por meio da chamada de feiras científicas do ano de 2019. O caso em torno das alegações de homofobia vivido na escola de Barra Mansa pode ser encontrado no episódio 35, cujo título é “Sexualidade na escola?”⁴. Já a descrição sobre as inquietações em torno do recrudesimento dos conflitos no pós-pandemia em uma escola de São Gonçalo aparece no episódio 33, intitulado “O mal-estar no pós-pandemia: um estudo sobre a intensificação dos conflitos escolares”⁵.

Ao todo, são 36 episódios planejados e realizados por professores e estudantes de escolas públicas em diferentes cidades do estado do Rio de Janeiro a partir de sua adesão a um programa de atividades de embasamento acadêmico e letramento midiático coordenado por pesquisadores vinculados ao INCT-InEAC. A duração máxima dos episódios é de 15 minutos. Artesanalmente preparados com o intuito de publicizar o resultado de pesquisas feitas no âmbito de laboratórios escolares ou as inquietações de diferentes atores dos espaços escolares, a lista de episódios que se pôde construir é também um inventário dos conflitos e demais problemas escolares na contemporaneidade. Inventário este que, sempre importante lembrar, foi produzido não por alguém de fora e que, como se diz, “cai de paraquedas” na escola, com o intuito de realizar diagnósticos, não raro com as soluções já trazidas de antemão. Ao contrário, foi produzido a partir do ponto de vista daqueles que circulam cotidianamente por salas de aula, auditórios, secretarias, vestiários, quadras esportivas e corredores, entre outros cenários menos óbvios.

⁴ Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6o44Chba7G8opTQpa0ro2I?si=0236815d700b4de5>.

⁵ Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2OsOuhcIwZBPZQriCIw5md?si=4f79d8cac6b34153>.

Questões envolvendo saúde mental, dificuldades de aprendizado ou relacionamento, etnocentrismos de toda espécie (racismos, sexismos e intolerâncias) aparecem em profusão nestes 36 episódios reunidos até o presente momento. Novos episódios estão sendo produzidos, uma vez que a partir da execução daquele primeiro projeto, aprovado pelo CNPq em 2019, o trabalho teve continuidade e agrega novos parceiros a cada ano. Isso porque este tipo de trabalho está em consonância com a produção e a difusão do conhecimento, tal como concebidas no âmbito do INCT-InEAC.

Nossa problemática gira em torno de processos de administração institucional e não institucional de conflitos e compreende uma abordagem que, embora multidisciplinar (os pesquisadores são das áreas de antropologia, história, ciência política, comunicação social, sociologia e direito) metodologicamente orienta-se pela realização de pesquisas empíricas, fundadas no método comparativo por diferença da antropologia contemporânea e na abordagem etnográfica, que constrói o conhecimento sociológico do pesquisador levando em consideração o ponto de vista de todos os envolvidos nos processos sociais (Kant de Lima; Lobo, 2022, p. 14).

Sendo assim, o conhecimento com alguma profundidade daquilo que ocorre nas unidades escolares – que muitas vezes o método etnográfico da antropologia permite acessar – pode ser um grande aliado para a elaboração de políticas públicas eficientes para o enfrentamento dos dilemas contemporâneos no campo da educação e da popularização da ciência (tanto no que concerne à divulgação de seus resultados, quanto à difusão de sua prática). Além disso, para que as políticas públicas tenham sucesso, é preciso que os conflitos que as minam e pervertem por dentro do sistema sejam mais bem conhecidos, e não apenas em aparência, mas fundamentalmente em natureza. Antes, é preciso que possam ser explicitados, classificados, entendidos, compreendidos. Como pretendemos demonstrar no decorrer deste artigo, isso é o que temos procurado realizar por meio da produção do *podcast* “Conflitos e Diálogos: pesquisas escolares”.

Laboratórios Escolares de Pesquisa

Esta nossa incursão pelo campo da popularização da prática científica teve início no ano de 2016, com as primeiras iniciativas sistemáticas do INCT-InEAC na rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, foi de fundamental importância a nossa participação no Programa PIBIC Ensino Médio, do CNPq. Por meio da adesão de professores

da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro ao PIBIC/Ensino Médio/PROPPI/UFF, pudemos disponibilizar bolsas de Iniciação Científica Jr. a estudantes matriculados em escolas públicas de cidades como São Gonçalo, Niterói, Magé e Resende. É preciso salientar, ainda, que tal configuração foi possível porque, entre os pesquisadores vinculados ao INCT-InEAC, há doutores socializados enquanto pesquisadores que exercem o magistério no ensino básico, pertencendo aos quadros da Secretaria Estadual de Educação. E os primeiros resultados logo apareceram.

Os bolsistas são orientados a realizar trabalhos de campo sobre temas do seu interesse dentro dessa temática geral que engloba a questão dos conflitos na escola em que estudam. Qual sua natureza? Como são administrados? Quais são as dificuldades enfrentadas para se dar conta disso? Como tais dificuldades costumam ser (ou não) superadas em situações empíricas que envolvem questões que implicam tolerância à diversidade e desconstrução de estereótipos ligados à desigualdade econômica, social e jurídica? Que relações os diferentes conflitos podem ou não ter com a problemática da Segurança Pública? São estimulados e orientados para escrever e expor em público, em ambientes acadêmicos, trabalhos versando sobre os resultados da pesquisa empírica que realizam sob a orientação dos pesquisadores do INCT-InEAC (Verissimo *et al.*, 2019, p. 219).

Desse modo, estudantes de unidades escolares da rede pública do estado do Rio de Janeiro tiveram a oportunidade de, efetivamente, conhecer uma universidade, e os trabalhos ali desenvolvidos, por meio da participação em grupos de pesquisa, simpósios, assistindo a defesas de TCC, dissertações e teses etc. Em suma, participando ativamente na produção do conhecimento. Os professores, estudantes e demais pesquisadores ligados à universidade, por sua vez, passam a frequentar tais grupos escolares de pesquisa com o intuito principal de participar dos processos de orientação acadêmica dos pesquisadores iniciantes matriculados no ensino básico. Por isso, as idas às escolas não se dão com o intuito de que participem de eventos esporádicos, extraordinários, nos quais vão falar de suas pesquisas a públicos que não necessariamente foram preparados para ouvi-los. Vão à escola, sim, mas para frequentar as reuniões ordinárias e regulares.

Assim, já em 2019, foi criado e registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o Laboratório Escolar de Pesquisa e Iniciação Científica (LEPIC), inicialmente sediado no Colégio Estadual Walter Orlandini, na cidade de São Gonçalo e coordenado pelo antropólogo Marcos Verissimo, formado pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da UFF, pelo doutorando Yuri Motta, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito

(PPGSD) da UFF, e de Alice Magalhães, mestra em antropologia pelo PPGA/UFF. Em seguida, no ano de 2022, foi criado o Laboratório Mageense de Pesquisa do Colégio Estadual Joaquim Leitão (LAMPEJO), na cidade de Magé, sob coordenação da antropóloga Gabriela Cuervo, também formada no PPGA/UFF, e do professor Alexandre Magno, formado em Educação Física e Pedagogia. Verissimo, Cuervo e Magno são professores da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro. No ano de 2023, a professora Talitha Rocha, do Colégio Estadual Pinto Lima, em Niterói, doutora em antropologia formada pelo PPGA/UFF e pesquisadora vinculada ao INCT-InEAC, fundou o Laboratório Vivências Interdisciplinares de Antropologia (VIDA).

Portanto, o que se tem procurado fazer com tais experiências é uma nucleação do INCT-InEAC em contextos escolares por meio de atividades de pesquisa e iniciação científica e acadêmica. Fazendo assim, temos alcançado uma maior popularização da prática da produção do conhecimento não apenas entre aqueles que conseguem ingressar na universidade, mas entre outros que ainda estão frequentando a escola básica. Isso que chamamos de nucleação acaba contribuindo para uma melhor pavimentação das vias (especialmente as acidentadas, no caso brasileiro) entre a escola pública e a universidade pública.

O INCT-InEAC, por sua vez, foi formado no ano de 2009, a partir de uma rede internacional de pesquisadores da área de ciências humanas, coordenado pelo antropólogo Roberto Kant de Lima.

O programa dos INCTs foi concebido para selecionar e financiar, em médio prazo, os grupos de excelência em todas as áreas da ciência no Brasil, com o propósito de contribuir para a formação de quadros qualificados, internacionalizar a pesquisa e, principalmente, transferir o conhecimento assim construído para a sociedade brasileira, visando à melhoria das condições de vida da população. Atualmente são 102 os INCTs financiados em todas as áreas do conhecimento, sendo que deles apenas 8 são da área de Ciências Humanas e Sociais. O InEAC conta com aproximadamente 100 pesquisadores e 200 pesquisadores em formação e está presente no Distrito Federal e em mais 7 estados brasileiros (RJ, SP, MG, SC, RS, MS, RR) e 8 países (Brasil, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Peru, França, Portugal e Suíça) (Kant de Lima; Lobo, 2022, p. 14).

Considerando tal configuração, o estudante de ensino médio que passa a frequentar regularmente um dos laboratórios escolares de pesquisa vinculados ao INCT-InEAC será socializado com as teorias correntes, métodos e técnicas das ciências humanas, produzidas para engendrar a compreensão das realidades sociais onde vivem, circulam, estudam. Será grande a

possibilidade de ser remunerado/a com bolsas, do CNPq ou da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa (FAPERJ), pelo programa Jovens Talentos. Mais do que isso, terão acesso a pesquisadores de excelência, alguns consagrados, outros em formação, no Brasil e no exterior, com os quais eventualmente irão interagir, seja ao participar de um projeto coletivo de pesquisa, ou ao ter seu trabalho comentado em encontros acadêmicos. Mais do que promover a inserção desses jovens na universidade pública, gratuita e de qualidade, podemos dizer que essa é uma forma de inserção qualificada na sociedade.

Os resultados de algumas pesquisas assim realizadas já foram publicados na Revista PIBIC Ensino Médio, editada no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI) da UFF (Knoller, 2021; Verissimo, 2021). Em 2019, uma descrição detalhada dos trabalhos que dariam origem posteriormente ao LEPIC (Verissimo *et al.*, 2019) foi publicada na coletânea *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares*, organizada por pesquisadores do INCT-InEAC no âmbito da coleção “Conflitos, Direitos e Sociedade”, da editora Autografia (Maia; Filpo; Verissimo, 2019).

Tal descrição teve a participação de bolsistas PIBIC Ensino Médio à época, que praticaram a escrita como forma de apresentar os resultados de suas respectivas pesquisas. Os relatórios finais de pesquisa foram o ponto de partida da composição do texto. Por isso, com justiça, figuram-se como autores. Dois deles, à época do lançamento do livro, haviam ingressado na UFF – um cursava bacharelado em Sociologia, outro, a licenciatura em Ciências Sociais – e tiveram a oportunidade de, ainda como alunos de graduação, exercer protagonismo na mesa de lançamento da Coletânea. Viviam tal experiência diante de seus colegas, contemporâneos da faculdade, em geral ainda bastante distantes de dar este importante passo da carreira acadêmica, que é a publicação dos trabalhos realizados.

Com o tempo, os laboratórios escolares de pesquisa vinculados ao INCT-InEAC passaram a funcionar, entre outras coisas, como oportunidades de encontros entre pessoas com ideias a serem desenvolvidas e dispostas a trabalhar em grupo no sentido de tal desenvolvimento. Como oportunidade de expressão. Estudantes do ensino básico são os principais protagonistas de tais projetos, aos quais aderem, vinculando-se à universidade, adentrando seus muros, mas sem uma postura passiva ou contemplativa, e sim pesquisando, publicando artigos, capítulos de livros etc. Posteriormente, começamos também a produzir episódios de um *podcast* (outra forma de expressão). Tema que trataremos com detalhes na seguinte seção.

Feira de Ciências e a explicitação dos conflitos

Com base na experiência de nucleação das atividades de pesquisa em contextos escolares, foi elaborado e apresentado ao CNPq o projeto “Feira de ciências como espaço para explicitar e discutir processos de administração de conflitos em uma perspectiva multidisciplinar”. A proposta foi formalmente apresentada em nome do professor Roberto Kant de Lima, coordenador do INCT-InEAC. A participação da pesquisadora do InEAC e Membro Afiliada da Academia Brasileira de Ciências, professora Thaiane Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da UFF, com intenso investimento em pesquisas no campo educacional, juntamente com outros participantes de seus grupos de pesquisa, foi decisiva na formulação e, posteriormente, execução, do projeto.

Tal iniciativa foi também o resultado de uma articulação mais aprofundada, dentro da própria rede do INCT-InEAC, com pesquisadoras e pesquisadores do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF, mais especificamente ligados à graduação em Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Um conceito chave que surge no horizonte de tais estudos é o de “letramento midiático”, que, mais do que a mera capacidade dos sujeitos em processar e transacionar informações (e eventualmente desinformações), está relacionada com o exercício responsável da liberdade de expressão, entendendo o direito à informação em uma perspectiva cidadã.

Por esse motivo, entendemos que este conceito de “letramento midiático” deve ser mais intensamente trabalhado nas escolas, em feiras científicas e em outros processos de popularização do conhecimento, principalmente diante de movimentos recentes de renegociação de formas anteriormente consagradas de produção e difusão daquilo que se convencionou chamar “verdade”, (Sousa, 2019; Oliveira, 2020), dando ensejo a termos como “*fake news*”, “pós-verdade”, entre outros.

A suspensão da racionalidade em nome de uma guerra híbrida talvez seja a primeira e mais imediata tirania neste campo de disputa em torno da desinformação. Mas há outras. A Segunda tirania é a legitimação de certas autoridades como promotoras da verdade, que se apresentam como neutras, transparentes, dignas de confiança. De um lado, o jornalismo se apresenta como uma autoridade com compromisso com a verdade, ignorando toda uma crítica acadêmica e de parte da população sobre enquadramentos e silenciamentos na cobertura de acontecimentos históricos (Oliveira, 2022, p. 83).

Concorremos na faixa de abrangência estadual da chamada pública do CNPq, do ano de 2019, para o desenvolvimento de projetos de feiras científicas. A partir da inserção dos pesquisadores do INCT-InEAC (tanto formados, como aqueles em formação) nas redes do magistério público na escola básica, conseguimos cumprir a exigência do edital e reunir unidades escolares em mais de dez municípios diferentes do estado do Rio de Janeiro, cujos diretores e diretoras deram a anuência para que professores e alunos participassem de nossa proposta. Entretanto, diferentemente do que ocorre em feiras de ciência com formatos, por assim dizer, mais tradicionais, comumente vinculadas às ciências da natureza, com seus experimentos hidráulicos, maquetes, experimentações físicas e visuais, nossa feira de ciências a partir das ciências humanas teria que tomar uma configuração um tanto original.

Sendo assim, a proposta inicial era que estudantes e professores das escolas parceiras desenvolvessem, como produtos a serem exibidos na feira, aplicativos, *games*, assim como charges, *cartoons*, quadrinhos *etc.*, que ou propusessem soluções criativas para a administração dos conflitos escolares, ou que ao menos gerassem visibilidade para alguns deles, para que em alguma medida deixassem de ser ignorados. Teríamos o ano de 2020 para, seguindo o modo de trabalhar já praticado no âmbito dos núcleos escolares de pesquisa vinculados ao INCT-InEAC, realizar a escuta sobre os problemas relativos a cada realidade específica, montar eventos nas escolas e na universidade para discuti-los, e produzir as oficinas de letramento midiático. Estas últimas tendo como finalidade prover os professores e estudantes das escolas da proficiência técnica necessária para a criação e desenvolvimento de seus produtos.

Contudo, fomos completamente atrapalhados em nosso planejamento pela emergência sanitária causada pela difusão planetária do vírus SARS-CoV-2. Nos primeiros meses de confinamento, o projeto ficou parado. Posteriormente, com o prolongamento necessário da política de distanciamento, intensificação dos efeitos da pandemia e, ainda, na falta de vacinas, percebemos a necessidade de reformular o projeto para que, seguindo o cronograma, pudéssemos apresentar a nossa feira ao final do ano de 2020. Mostrava-se inviável a realização de uma feira presencial, com seus *stands*, pessoas apresentando experimentos para uma audiência em fluxo, aglomeradas. Foi então que surgiu a ideia de realizá-la no modo *online*. Entre as muitas formas de desenvolver os produtos a serem apresentados, os estudantes preferiram o *podcast*, no qual a produção e publicação dos episódios a serem apresentados como produtos pudesse decorrer discretamente, a partir de suas residências, inteiramente de maneira remota e, por isso, segura para todos os participantes.

Reuniões e oficinas virtuais foram feitas, naquele ano, no sentido de engajar professores, estudantes e gestores escolares com a execução de nossa proposta. Realizamos, inicialmente, encontros que visavam a (re)conhecer os conflitos preponderantes em cada contexto local, notadamente aqueles eleitos pelos estudantes e professores como tema dos episódios que projetavam produzir para o *podcast*. Esse levantamento foi fundamental, na medida em que orientou um momento posterior de nosso planejamento, que consistiu na organização de rodas de conversa, veiculadas no canal do *Youtube* do INCT-InEAC, protagonizadas por professores/as e pesquisadores/as da universidade, que falaram de suas pesquisas com o intuito de subsidiar a produção dos conteúdos dos episódios.

Os temas de interesse dos alunos foram agrupados em cinco eixos: 1) Conflitos no espaço escolar, construção de identidades e formas de ensino; 2) Cultura e corporalidade; 3) Inclusão, participação e gestão democrática na escola; 4) Saúde mental e emoções; e 5) Tecnologias e conflitos no ensino remoto durante a pandemia. Essas atividades multidisciplinares de educação científica foram capazes de oferecer aos estudantes uma perspectiva ampla sobre os fenômenos sociais relacionados aos conflitos escolares anteriormente citados pelos participantes como temática de interesse. As falas dos pesquisadores, que ficaram gravadas no *Youtube* e continuam disponíveis no canal do INCT-InEAC⁶, puderam ser cortadas, editadas e usadas, inclusive, nos episódios produzidos.

Em outubro de 2020 foi oferecida a oficina para letramento multimidiático, na qual foram trabalhados aspectos técnicos relacionados aos produtos midiáticos em consonância com a contextualização histórico-cultural de diferentes mídias. Essa oficina ocorreu em formato online, pelo canal do INCT-InEAC no *Youtube*, e foi ministrada por profissionais vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, visando a capacitar os participantes no desenvolvimento de produtos e tecnologias midiáticas, no caso, seus respectivos episódios. Nesta etapa conseguimos auxiliar os estudantes a desenvolverem os primeiros dezenove episódios dos *podcasts*, que foram publicizados nas principais plataformas de compartilhamento de áudio e disponibilizados também no *site* do INCT-InEAC⁷.

Conforme o disposto no edital, o CNPq disponibilizou 20 bolsas PIBIC Ensino Médio, com duração de 12 meses, para aqueles e aquelas, entre os estudantes que produziram os *podcasts*, com maior excelência do ponto de vista técnico, acadêmico e social. Para definir os

⁶ Link para acesso ao canal do INCT-InEAC: <https://www.youtube.com/c/ineac>.

⁷ Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/index.php/podcast-feira-de-ciencias>.

contemplados com as bolsas, instituímos uma banca de professores da Universidade Federal Fluminense e outras universidades brasileiras. Assim, fechamos as atividades relativas ao ano de 2020. No ano seguinte, como desdobramento, foi o momento de utilizar a estrutura multimidiática do INCT-InEAC para colocar aqueles jovens (bolsistas ou não) oriundos de diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro, em diálogo com outros jovens como eles, de outros lugares, e com os pesquisadores da universidade.

Procedeu-se assim à transmissão do “Ciclo de Rodas de Conversa do Podcast Diálogos e Conflitos: Pesquisas Escolares”, pelo canal do *Youtube* do InEAC. O objetivo dessas atividades era a apresentação de dois episódios por roda de conversa, transmitidas ao vivo, seguidas de comentários de um professor universitário convidado. Esses encontros foram mensais, em média assistidos por mais de uma centena de espectadores ao vivo, cada um atingindo, em poucas semanas, a marca de algumas centenas de visualizações. Esses vídeos, como se verá, estão disponíveis no canal do *Youtube* do INCT-InEAC.

No dia 7 de abril de 2021, professor e alunos do Colégio Estadual Walter Orlandini, em São Gonçalo, apresentaram a discussão contida no episódio 11, intitulado “Conflitos envolvendo a disciplina de Sociologia em uma sociedade polarizada”. Depois, foi o momento em que a professora e os estudantes do Colégio Estadual Joaquim Leitão, de Magé, apresentaram o episódio 8, com o sugestivo título de “‘Não é fofoca, é pesquisa’: conflitos e reprodução de desigualdades no espaço escolar”. Em seguida, tivemos os comentários do antropólogo Fábio Reis Motta, professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense⁸.

Em 5 de maio, aconteceu a segunda roda de conversa desse ciclo, contando, agora, com a participação da professora e dos estudantes do Colégio Estadual Doutor João Maia, que fica na cidade de Resende, e que produziram o episódio 18, sob o título de “Aprender na pandemia: sentimentos e emoções dos alunos e professores durante o ensino remoto”. Na sequência, foi a vez da professora e dos estudantes do Colégio Estadual Walter Orlandini, de São Gonçalo, que apresentaram o episódio 12, cujo título é “As dificuldades do ensino remoto no contexto da pandemia”. Os comentários ficaram a cargo da antropóloga Hully Falcão, doutora pelo PPGA-UFF, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e do INCT-InEAC⁹.

⁸ Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/6nWGN1vcZ9s>.

⁹ Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/RnrxrhwxFaQ>.

Já no dia 26 de maio, foram discutidos, em mais uma roda de conversa no âmbito deste ciclo, os episódios do colégio Estadual Walter Orlandini, de São Gonçalo, professor e alunas desenvolveram o episódio 12, intitulado “Saúde e Educação: a presença de uma equipe multidisciplinar na escola”. E do CEJA Professor Jair Natalino E. Travassos, da cidade de Angra dos Reis, professoras e estudantes foram responsáveis pela montagem do episódio 13, que tem o título de “Trajetórias e Identidades”. Após as apresentações, pudemos ouvir os comentários do antropólogo Frederico Policarpo, do departamento de Segurança Pública e da Pós-Graduação em Justiça e Segurança da UFF¹⁰.

Em 7 de julho, foi a ocasião de mais duas apresentações. Primeiro, foi apresentado o episódio 9, por professor e estudantes do Colégio Estadual Walter Orlandini, em São Gonçalo, e cujo título é “Crônicas de rua e conteúdos escolares: a cultura hip-hop sob a ótica das disciplinas de História, Língua Portuguesa e Sociologia”. Depois, foi o momento da apresentação do professor e dos alunos do Colégio Estadual D. Pedro II, da cidade de Petrópolis, que produziram o episódio 7, intitulado “No mundo real você não está sozinho: navegando no mundo digital para viver melhor no mundo real”. Os comentários dessa roda de conversa ficaram a cargo do historiador Kleber Santos, que à época fazia parte dos quadros da Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI-UFF)¹¹.

Chegamos ao dia 26 de agosto do ano de 2021 com a quinta roda de conversa do ciclo, que trouxe os participantes de mais duas escolas do estado do Rio de Janeiro. Primeiro, os produtores do episódio 14, intitulado “Café com Joaquim: desmotivação e desistência no ensino remoto”, do Colégio Estadual Joaquim Leitão, de Magé. A segunda apresentação ficou a cargo dos professores e estudantes do CIEP 430 Carlos Marighella, da Ilha de Itaoca, na cidade de São Gonçalo, que produziram o episódio 1, sob o título de “Os desafios adicionais à prática de estudos na pandemia”. Os comentários foram feitos pelo doutorando Yuri Motta, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, e pesquisador vinculado ao INCT-InEAC¹².

E, finalmente, no dia 22 de setembro, chegamos à última etapa do Ciclo de Rodas de Conversas do *podcast* “Conflitos e Diálogos: pesquisas escolares”. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de ouvir os relatos da professora e dos estudantes do Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega, da Vila do Abraão, na Ilha Grande, que produziram o episódio 16, cujo título é “Conflitos Culturais: tradicional x novo”. Em seguida, professora e estudantes do CIEP 449 –

¹⁰ Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/rvXna2UpBbA>.

¹¹ Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/M99obxOThnU>.

¹² Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/Z5BTfETW3Yc>.

Governador Leonel de Moura Brizola Brasil-França, da cidade de Niterói, que montaram o episódio 6, inscrito sob o título de “PodEADcast: a importância da resiliência no processo educacional em meio à pandemia e os desafios de manter um ensino remoto”. Nesse dia, os comentários ficaram a cargo da antropóloga Izabel Nuñez, doutora pelo PPGA-UFF e pesquisadora associada ao INCT-InEAC¹³.

Infelizmente, este espaço não permite que façamos uma discussão mais esmiuçada acerca dos conteúdos reunidos nesse ciclo. Os *links* estão disponibilizados em notas de rodapé ao longo do texto, caso o leitor considere pertinente se aprofundar nas discussões. Porém, uma rápida mirada aos títulos de cada um dos episódios que foram discutidos demonstra que um dos principais objetivos originais do projeto foi alcançado: a explicitação dos conflitos escolares em suas dimensões locais, tomadas do ponto de vista das respectivas comunidades escolares.

Essas discussões se dão em um contexto cultural e social mais geral, objeto de pesquisas do INCT-InEAC, que apontam a coexistência, no contexto brasileiro e fluminense, de valores sociais e visões de mundo hierarquizados e excludentes, com desenhos institucionais pretensamente igualitários e cidadãos, o que enseja dilemas de difícil solução. Nas interações nos espaços públicos (Matta, 1979), mas também no meio policial e judiciário (Kant de Lima, 2008; Mendes, 2005) ou nos espaços escolares (Verissimo, 2019), acaba prevalecendo uma maneira peculiar de se lidar com os conflitos, quase sempre negando que eles existam.

Em instituições públicas – como é o caso das escolas parceiras da feira de ciências do INCT-InEAC – não raro, há uma cultura de se tentar ao máximo evitar a admissão da existência de certos conflitos, tidos como demasiadamente indigestos. Porém, essa atitude de negação não possui o condão de dissipar os efeitos daquilo que é negado que exista, muito menos de administrá-los. Para isso ocorrer, não deve haver tabu. A primeira condição para que os conflitos escolares possam ser justa e democraticamente administrados é a de que possam ser explicitados. Para isso, urge aumentar os espaços de explicitação, sem que as pessoas que assim o façam sofram retaliações. Assim como também é preciso que haja o aprendizado do como explicitar, para que não se caia no puro denunciamento. Afinal, aquilo que não pode ser explicitado, ou que é confusamente explicitado, jamais poderá ser tratado do modo devido.

¹³ Para assistir a roda de conversa, acesse: <https://youtu.be/uR46nMn8-dc>.

Formação de recursos humanos e as tecnologias sociais de administração de conflitos

Uma vez explicitados os termos dos conflitos em um contexto social definido, sua administração pelas instâncias competentes poderá gerar novos consensos, socialmente mais abrangentes, ao menos enquanto as dinâmicas socioculturais assim o permitirem. Por outro lado, quando negligenciados ou mal administrados, tendem a produzir efeitos de fragmentação social que, não raro, podem vir a se tornar problemas de polícia, ou Segurança Pública. As instituições escolares brasileiras, por sua vez, também em grande medida formatadas por uma cultura herdada de séculos de colonialismo e relações escravocratas, no caso do Rio de Janeiro, também pela instituição da monarquia, encontram dificuldades em incutir nos educandos as formas republicanas e democráticas de produzir consensos, precedentes e outras tecnologias sociais para administrar os conflitos.

Ora, a República brasileira enfrenta há muito um dilema sério: somos uma sociedade composta por indivíduos livres, iguais perante a lei, merecedores da aplicação a todos das leis e regras de maneira uniforme? Ou somos uma sociedade hierarquizada, em que os direitos são desigualmente distribuídos entre os segmentos sociais, não somente em função da posição econômica que os mesmos ocupam, mas em função de sua posição social e familiar? (Kant de Lima, 2019, p. 11).

É nesse sentido – e tendo tais dilemas no passado e no horizonte – que pensamos que a participação do INCT-InEAC nos processos de divulgação científica e produção do conhecimento se constitui por meio da socialização acadêmica e do letramento midiático de estudantes e professores da escola pública fluminense. Os pesquisadores iniciantes, enquanto contribuem para a produção de um inventário dos conflitos escolares participando de nossos projetos, sendo para isso apoiados por bolsas do CNPq ou da FAPERJ, também estão sendo produzidos, enquanto recursos humanos das futuras gerações, entre as quais estarão aqueles que terão o atributo de produzir as tecnologias sociais de administração de conflitos em diversas instituições, no porvir não muito distante.

Sendo assim, promover a popularização da ciência passa – de modo incontornável – pela popularização intensa do acesso dos jovens das escolas públicas aos processos e redes de produção do conhecimento científico, entre os quais os das grandes áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Tal popularização levará forçosamente a uma maior difusão de formas de construção de verdades estruturadas por meio da valorização dos estudos e da

autoridade dos argumentos, com a conseqüente recusa dos argumentos de autoridade (Demo, 2005)

Assim, diferentemente do que ocorre em nossas instâncias jurídicas e políticas, nas quais as contendas entre indivíduos e grupos são processadas por meio da aplicação da lógica do contraditório, segundo a qual as partes em conflito irão divergir infinitamente, até que uma instância, superior, defina o vencedor da disputa (mas não necessariamente a resolução do conflito) a partir de um argumento de autoridade, a construção das verdades científicas (sempre provisórias) se dará pela produção de argumentos em ambientes metodologicamente controlados e fóruns de discussão, frequentados por iguais (ainda que em diferentes momentos da trajetória acadêmica), onde serão buscados consensos provisórios sobre fatos, ao invés de cultivados os dissensos (Lima, 2008).

O pesquisador iniciante em laboratórios escolares de pesquisa, a despeito de estar ainda no ensino básico, ao participar de reuniões de trabalho e da organização de seminários, mesas redondas, palestras e outros encontros acadêmicos, aprenderá desde cedo o valor da autoridade dos argumentos. Mais do que isso, aprenderá a participar ativamente da produção de novos consensos nos quais possamos confiar para dar conta dos dilemas que nos aguardam na próxima quadra da história, em destaque os do campo da Segurança Pública e administração institucional de conflitos.

Além disso, temos observado que este inventário dos conflitos escolares que o *podcast* consegue reunir é também uma fonte interdisciplinar de conteúdos, portanto, uma ferramenta pedagógica. A duração dele de, no máximo, 15 minutos, favorece tais usos. Professores do ensino básico vinculados ao INCT-InEAC têm conseguido integrar esse conteúdo ao programa da organização curricular reformulada contida na proposta do “Novo Ensino Médio”. De acordo com o site do Ministério da Educação, essa mudança faz parte da Lei n. 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases “ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022)¹⁴ (Brasil, 1996).

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, um novo projeto do INCT-InEAC foi submetido na chamada anual do CNPq para a montagem de feira científica, já incorporando a ideia de atuar por meio da produção de *podcasts*. Contudo, dessa vez, a nossa proposta não obteve a classificação dentro do rol dos projetos contemplados. Apesar disso, entendemos que havíamos encontrado uma forma de, como já exposto aqui, por um lado produzir um conhecimento capilarizado e qualificado sobre os conflitos e dilemas da escola pública fluminense e, por outro, estimular a formação de novos quadros de pesquisadores entre os estudantes que por ali circulam. E isso não era pouco, e muito nos animava essa ideia. Sendo assim, a proposta foi novamente apresentada no ano de 2021, desta vez no edital da FAPERJ, no Programa de Apoio à Organização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação no estado do Rio de Janeiro.

O proponente foi, novamente, o coordenador do INCT-InEAC, Roberto Kant de Lima. Fomos contemplados. Obtivemos, ainda, o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por meio de seu Programa “SBPC Vai à Escola”. Dessa vez, a coordenação executiva das atividades desta “II Feira de Ciências Conflitos e Diálogos na Escola: processos de administração de conflitos em uma perspectiva multidisciplinar” ficou a cargo da professora Talitha Rocha, doutora em antropologia pelo PPGA-UFF e professora de Sociologia da educação básica vinculada à Secretaria Estadual de Educação/RJ. Rocha já havia participado ativamente dos trabalhos na primeira edição da feira de ciência do INCT-InEAC, apoiada pelo CNPq.

O projeto foi implementado ao longo do ano de 2022 e, ao final, como resultado, somaram-se aos já produzidos em 2020, mais dezesseis episódios do *podcast* “Conflitos e Diálogos: pesquisas escolares”. Além disso, novas parcerias, com outras unidades escolares do estado do Rio de Janeiro, foram firmadas. A adesão de novos professores da escola básica em uma rede que cada vez se adensa mais pode ser apontada, também, como resultado dessa segunda incursão que conseguimos realizar no campo da produção de material audiovisual como subsídio para os estudos dos conflitos nos meios escolares fluminenses. Caso continuemos a obter apoio e financiamento das agências de fomento à pesquisa, a ideia é dar continuidade e expandir essa iniciativa pioneira nos próximos anos, seja para mais escolas da rede pública do RJ, seja para a rede pública de outros estados.

Em 2023, a realização dessas feiras de ciências, com tudo que elas abrangem - organização de oficinas e debates temáticos, que embasam a produção de *podcast*, discutidos posteriormente com a realização dos ciclos de rodas de conversa -, passou a ser parte dos programas regulares do INCT-InEAC, independentemente das fontes de financiamento que estejam disponíveis para a realização destes diferentes momentos, em ciclos completos programados para se repetirem de dois em dois anos. Além disso, este conjunto de atividades que era comumente referenciado como “Feira de Ciências do InEAC” passou a se chamar oficialmente “Feira de Ciências Simoni Lahud Guedes”, em justa homenagem a esta professora da UFF, do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia, pesquisadora 1-A do CNPq e destacada referência na antropologia dos esportes, falecida no ano de 2019. Simoni Guedes era vinculada ao INCT-InEAC e foi uma incentivadora de primeira hora dos laboratórios escolares de pesquisa.

Do início dos anos 2000 até meados dos anos 2010, aproximadamente, houve aportes de recursos materiais e incentivo à expansão universitária em volumes sem precedentes nas políticas educacionais brasileiras (Senkevics, 2021). Juntamente a esses processos, os resultados das políticas de ações afirmativas, implementadas nas últimas décadas, levaram à universidade pública parcelas da sociedade que tradicionalmente passavam longe de seus cursos (Santos, 2012).

Se atentarmos aos 20 anos que separam 1995 de 2015, constataremos que o número de matrículas em cursos de graduação saltou de aproximadamente 1.8 para 8.0 milhões, de acordo com o Censo da Educação Superior (CES) (...), elevando a taxa líquida de escolarização média pela PNAD de 6,8 para 21,3% da população de 18 a 24 anos (Senkevics, 2021, p. 205).

Embora o artigo citado não aborde os efeitos de tais políticas na pós-graduação, pode-se dizer que também acolheram grande quantidade de estudantes nos últimos anos, inclusive no que concerne à pós-graduação *stricto sensu*. Como resultado, temos o aumento do número de doutores formados a cada ano. O próprio INCT-InEAC viu crescer, nos últimos anos, seu quadro de pesquisadores/as doutores/as, a grande maioria formados e formadas a partir de sua inserção no referido instituto. Antes, formados em bem menor quantidade, estes profissionais altamente qualificados eram absorvidos com relativa tranquilidade nos mercados de trabalho do magistério superior. Porém, atualmente, os concursos para provimento de vagas para professores nos departamentos das universidades públicas são altamente concorridos frente ao grande número de doutores formados e recém-formados. A grande maioria acaba ficando de

fora. Como resultado, há um crescente número de doutores de diversos campos do conhecimento lecionando no ensino básico.

Do ponto de vista da pessoa que investiu anos de sua vida e recursos financeiros em sua própria formação, estar empregado em escola, com remuneração aquém àquela que faz jus aos professores universitários, é um grande desestímulo, trazendo a muitos uma sensação de desalento. Além disso, estão impedidos, por não terem o vínculo empregatício com a universidade, de atuarem como membros efetivos do corpo docente de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Por isso não terão orientandos nem o acesso pleno à ascensão na carreira de pesquisador.

Contudo, conforme tentamos demonstrar no presente artigo, há muito trabalho relevante a ser feito, no âmbito da educação básica e da popularização da ciência, por doutores com vínculo empregatício com a escola pública. Para que tal potencialidade se efetive, talvez seja necessário pensar em formas inovadoras de apoiá-los ou absorvê-los, não somente em institutos de pesquisa e formação, como o INCT-InEAC, mas por meio de programas específicos de pós-doutorado e, quando for o caso, nos quadros de pesquisadores de excelência do país, como membros efetivos de programas de pós-graduação – mesmo que sem pertencer aos quadros permanentes das universidades públicas.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Argumento de autoridade X autoridade do argumento**: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

KNOLLER, G. Escola e sociedade: para uma melhor compreensão da relação entre sucesso escolar e planejamento de vida. **Revista PIBIC Ensino Médio**, Brasília, 2021.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, P. *et al.* (org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

KANT DE LIMA, R. **Ensaio de antropologia e direito**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

KANT DE LIMA, R. Prefácio. *In*: MAIA, B.; FILPO, K.; VERÍSSIMO, M. (org.). **Administração de conflitos no espaço escolar**: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 11-12.

KANT DE LIMA, R.; LOBO, M. **Fazendo (a) sociedade**: contribuições das ciências sociais em tempos inquietantes. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

LOBÃO, R. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: EDUFF, 2010.

MAIA, B.; FILPO, K.; VERÍSSIMO, M. (org.). **Administração de conflitos no espaço escolar**: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MENDES, R. L. T. Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. *In*: AMORIM, M. S.; LIMA, R. K.; MENDES, R. L. T. **Ensaio sobre a igualdade jurídica**: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. p. 1-33.

OLIVEIRA, T. As guerras contra a desinformação. *In*: LIMA, R. K.; LOBO, M. **Fazendo (a) sociedade**: contribuições das ciências sociais em tempos inquietantes. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. p. 81-85.

OLIVEIRA, T. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2020. DOI 10.18617/liinc.v16i2.5374. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5374>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SANTOS, J. (org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SENKEVICS, A. S. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. DOI 10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892#:~:text=Ele%20ncamos%20cinco%20tend%C3%AAs%20principais%3A%20democratiza%C3%A7%C3%A3o,a%20dist%C3%A2ncia%20e%20estratifica%C3%A7%C3%A3o%20horizontal>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SOUSA, L. **Favelação**: experiências de letramento midiático através da pesquisa-ação. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15300>. Acesso em: 3 abr. 2024.

VERISSIMO, M. Batendo de frente na escola: uma abordagem antropológica sobre conflitos na escola pública fluminense. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 230-250, 2019. DOI 10.5007/2175-795x.2019.e51693. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732019000100229. Acesso em: 3 abr. 2024.

VERISSIMO, M. *et al.* A escola, seus dilemas e conflitos: práticas de pesquisa e produção do conhecimento no âmbito do Ensino Médio. *In*: MAIA, B.; FILPO, K.; VERISSIMO, M. (org.). **Administração de conflitos no espaço escolar**: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 101-104

VERISSIMO, M. Políticas educacionais e saúde mental: uma abordagem psicossocial.
Revista PIBIC Ensino Médio, Brasília, 2021.

Submetido em 31 de janeiro de 2023.

Aprovado em 15 de março de 2024.